

Mulheres venezuelanas e relações familiares/comunitárias no Brasil

Elis Moura Marques¹  0000-0001-9129-8882

Tatiana Machiavelli²  0000-0001-8834-7022

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 20550-013 – secppgps@institutodepsicologiauerj.org

²Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, Brasil. 38025-260 – ppgp@uftm.edu.br



Resumo: No processo migratório venezuelano, mais da metade das pessoas deslocadas são mulheres. Conhecer a realidade das mulheres migrantes e refugiadas venezuelanas no Brasil é assumir uma postura feminista interseccional que vislumbra romper com o escamoteamento das opressões vivenciadas por elas. Para tanto, foi realizado um estudo exploratório de caráter qualitativo que teve como objetivo compreender as vivências das mulheres venezuelanas lideranças comunitárias em Boa Vista/RR, em especial, como as relações familiares estão sendo tecidas frente ao processo migratório. Identificou-se que as desigualdades sociais e de gênero são intensificadas nas experiências das mulheres venezuelanas ao serem duplamente responsabilizadas pelo trabalho do cuidado familiar e comunitário, produzindo dialeticamente a construção de redes comunitárias e sofrimento psicológico.

Palavras-chave: processos migratórios; mulheres venezuelanas; relações de gênero; feminismo interseccional; desigualdades sociais.

Venezuelan women and family/community relations in Brazil

Abstract: In the Venezuelan migration process, more than half of the displaced people are women. Knowing about the reality of Venezuelan migrant and refugee women in Brazil is to assume an intersectional feminist approach that aims to disrupt the concealment of oppressions experienced by them. Thus, an exploratory qualitative study was conducted, which aimed to understand the experiences of Venezuelan women community leaders in Boa Vista/RR, especially on how family relationships are being woven in the face of the migration process. It was identified that social and gender inequalities are intensified in the experiences of Venezuelan women when they are doubly responsible for family and community care work, dialectically producing the construction of community networks and psychological distress.

Keywords: Migration processes; Venezuelan women; Gender relations; Intersectional feminism; Social inequalities.

Mujeres venezolanas y relaciones familiares/comunitarias en Brasil

Resumen: En el proceso migratorio venezolano, más de la mitad de las personas desplazadas son mujeres. Conocer la realidad de las mujeres venezolanas migrantes y refugiadas en Brasil es asumir una postura feminista interseccional que se propone romper con el ocultamiento de las opresiones que viven. Para eso, se realizó un estudio cualitativo exploratorio, que tuvo como objetivo comprender las experiencias de mujeres venezolanas liderazgos comunitarias en Boa Vista/RR, especialmente sobre cómo se están tejiendo las relaciones familiares frente al proceso migratorio. Fue identificado que las desigualdades sociales y de género se intensifican en las vivencias de las mujeres venezolanas al ser doblemente responsables del trabajo de cuidado familiar y comunitario, produciendo dialécticamente la construcción de redes comunitarias y malestar psicológico.

Palabras clave: procesos migratorios; mujeres venezolanas; relaciones de género; feminismo interseccional; desigualdades sociales.

Introdução

Os processos migratórios internacionais compõem as complexas dinâmicas das relações sociais atuais. As mulheres representam 48% das pessoas que migraram internacionalmente em todo mundo, totalizando aproximadamente 135 milhões de pessoas (IOM, 2021). Em 2023, somavam-se mais de 7 milhões de pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas em todo o mundo (UNHCR, 2023), sendo que, no mesmo ano, o Brasil tornou-se o terceiro país de destino na América Latina e Caribe da migração venezuelana (R4V, 2023). O deslocamento desses grupos ocorre majoritariamente por via terrestre, adentrando o território brasileiro pelo estado de Roraima. O país já conta com aproximadamente 477 mil pessoas venezuelanas em todo o território nacional em situação regular, portanto, que já possuem autorização de residência, solicitação de refúgio ou reconhecimento do status de refugiado/a (R4V, 2023; UNHCR, 2023). Apesar de as políticas públicas brasileiras preverem a garantia de direitos básicos e essenciais para pessoas migrantes em todo o território nacional, reafirmadas com a Lei nº 13.445/2017 (Brasil, 2017), processos históricos de subalternização impostos às mulheres no encontro com a experiência migratória vêm produzindo vulnerabilidades adicionais às mulheres migrantes no Brasil (Tânia Tonhati; Lorena Pereda, 2021; Rita Rosa *et al.*, 2019).

Nesse sentido, salienta-se a importância dos estudos de gênero para a compreensão dos fluxos migratórios e seus impactos específicos às mulheres migrantes e suas famílias (Roberta Peres; Rosana Baeninger, 2013; Monica Boyd; Elizabeth Grieco, 2003). Sônia Parella Rubio (2012) aponta que a migração promove a renegociação dos papéis de gênero, provocando a reestruturação das assimetrias de gênero, e essas mudanças podem produzir novas relações de desigualdade. Um exemplo dos impactos diferenciados nas experiências migratórias de mulheres e homens no Brasil são as condições de acesso a meios de vida, no qual os homens migrantes têm alcançando cargos de gerências, enquanto as mulheres continuam a exercer principalmente atividades laborativas com jornadas de trabalho exaustivas, baixos salários, em espaços insalubres, expostas a riscos de acidentes laborais, e majoritariamente com atividades de cuidado, como serviços de limpeza (Tonhati; Pereda, 2021).

Para se avançar na luta contra as múltiplas formas conjugadas de opressão, faz-se imprescindível aprofundar os conhecimentos sobre as dinâmicas e as interdependências nas relações sociais, em especial as estabelecidas no curso de processos migratórios que relegam as mulheres a condições de exploração, através da manutenção de lugares imputados historicamente a elas, como as atividades de cuidado (Helena Hirata, 2014). É importante ressaltar, ainda, que processos migratórios surgem também como fruto de projetos neoliberais e coloniais de apropriação e exploração de territórios, culturas e povos, e que o gênero se constitui como organizador-chave da globalização neoliberal. Como enfatiza Daniele Bomtempo (2019), as condições socioeconômicas são a base de todos os processos migratórios, relacionada a uma conjuntura capitalista de exploração e dominação.

Sendo assim, uma leitura aprofundada e politicamente implicada sobre as experiências migratórias requer uma postura interseccional que vislumbre visibilizar como as relações de gênero são instituídas nesses contextos. A fim de desnudar as assimetrias de gênero, e reafirmar o compromisso e a responsabilidade de não escamotear experiências de opressão vivenciadas a partir do encontro entre diferentes categorias sociais, a interseccionalidade consiste em uma ferramenta de análise que permite compreender como as categorias sociais se encontram e produzem impactos nas relações sociais (Patricia Collins; Sirma Bilge, 2020).

Nesse sentido, afirma-se que diferentes processos de subalternização e desigualdade podem ser identificados nas experiências de mulheres migrantes. Além dos desafios relacionados à discriminação pautados em discursos racistas e xenofóbicos, e enfrentando a subjugação e a exploração em virtude das relações de gênero produzidas historicamente que dificultam suas inserções sociolaborais (Rosa *et al.*, 2019; Martha Souza, 2019), as mulheres venezuelanas ainda enfrentam os obstáculos relacionados à gestão de suas vidas familiares durante seus processos migratórios.

Parella Rubio (2012) identifica que a migração é um importante fator na produção das relações de gênero, ao discutir as transformações nos modos de organização das famílias. A autora destaca, no que tange às famílias transnacionais, que a organização da gestão dos cuidados com membros familiares, como as crianças, adolescentes e pessoas idosas, é compulsoriamente delegada às mulheres, incluso dos familiares que se encontram no país de origem.

Diferentes pesquisadoras/es no campo dos estudos de gênero e dos processos migratórios levantam como uma discussão importante a responsabilização exclusiva e compulsória das mulheres no exercício do cuidado dos membros familiares que se encontram no país de origem, como filhos/as, mães e pais idosas/os (Paula Dornelas, 2022; Eloah Vieira, 2020; Manoela Carpenedo; Henrique Nardi, 2017). Como destacado pelas/os autoras/es, as desigualdades sociais e de gênero presentes em contextos migratórios vêm agravando as assimetrias de gênero nos novos espaços de vida das mulheres migrantes.

Ainda, as experiências de inequidades presentes em processos migratórios produzem impactos na saúde mental das pessoas migrantes, agudizadas na vida das mulheres. Como discutido em outros estudos, as violações de direitos, discriminações e violências asseveram as dificuldades enfrentadas, agravando o sofrimento emocional produzido na experiência migrante (Giselle Perna, 2023; Alisson Ferreira; Vitoria Nascimento; Lucienne Martins-Borges, 2022; Igor Rodrigues, 2022; Elis Marques; Tatiana Souza, 2022; Cristiane Andrade *et al.*, 2020). Além disso, é importante ressaltar que dificuldades no acesso a condições materiais que permitam uma vida justa e digna também produzem impactos importantes na saúde mental das mulheres (Larissa Coldibeli; Fernando Paiva; Cássia Batista, 2021; Manuella Lima; Marta Souza; Fernanda Nunes, 2020; Bárbara Nepomuceno; Verônica Ximenes, 2019).

Para além das responsabilidades relacionadas à gestão do processo migratório, que envolve acesso à moradia, meios de vida e serviços essenciais como regularização migratória, as mulheres migrantes ainda são responsáveis pela garantia de condições de vida de membros familiares como filhos/as, mães e pais idosos/os, que migraram juntamente, e pela garantia do sustento financeiro de familiares que se encontram no país de origem. Todas essas articulações são atravessadas pelo machismo e pela xenofobia, que produzem impactos psicossociais específicos para as venezuelanas no Brasil, repercutindo sobre suas condições emocionais.

Nessa conjuntura, a maternidade solo também é uma experiência significativa (Dornelas, 2022; Vieira, 2020; Carpenedo; Nardi, 2017), e o apoio comunitário possibilita que outras mulheres possam enfrentar as condições de desigualdades sociais e de gênero às quais estão expostas no processo migratório. A organização em comunidades se constituiu historicamente como uma estratégia de enfrentamento dos desafios impostos pelas desigualdades sociais (Carlos Costa-Silva; Hailton Yagiu; Christiane Abdala, 2022). No contexto migratório em Roraima, as mulheres venezuelanas ocupam majoritariamente a função de lideranças comunitárias, participando da gestão dos cuidados das comunidades realizando o acompanhamento das famílias através da mediação do acesso à saúde, à educação e à assistência social, além de mediar os conflitos comunitários. Ainda, elas ocupam um importante lugar social de representação das comunidades na reivindicação de direitos das pessoas migrantes no Brasil (UNFPA, 2023). Nesse sentido, as mulheres lideranças comunitárias exercem funções de cuidados com suas famílias e ainda se responsabilizam pelos cuidados das famílias que compõem as comunidades.

As mulheres venezuelanas lideranças comunitárias posicionam-se na contramão da dinâmica neoliberal, rompendo com a lógica individualista e assumindo o compromisso de enfrentamento das condições de injustiça social a partir da coletividade. No reconhecimento das condições de desigualdades comuns, a solidariedade política entre mulheres emerge como possibilidade de enfrentamento da injustiça social (bell hooks, 2020). Nessa direção, as lideranças comunitárias se mobilizam para prover cuidados às famílias que compõem suas comunidades, especialmente em virtude da ineficiência do Estado em responder às necessidades das comunidades migrantes no Brasil, sobretudo das demandas específicas das mulheres. Como destaca Silvia Federici (2022), a sobrevivência econômica e a resistência à exploração capitalista demandam a comunalização do trabalho reprodutivo. No entanto, as mulheres ainda são majoritariamente as responsáveis por esse trabalho e, no contexto migratório, a carga em exercer essa função social é intensificada.

Nesse sentido, como problematiza Flávia Biroli (2018), o cuidado precisa ser compreendido como um problema político. O debate feminista sobre essa dimensão da experiência humana questiona a despolitização das relações da esfera privada, reafirmando a premissa de que o pessoal é político e, portanto, precisa compor as agendas públicas. A invisibilização das vivências da vida privada, como as relações de cuidado e sua despolitização, implica a exclusão de importantes debates de enfrentamento das desigualdades sociais, tais como as desigualdades de gênero, que são acentuadas nos processos migratórios. Reconhecer a dimensão política do cuidado é compreender os impactos específicos nas experiências das mulheres, afinal, “trata-se de decisões nas quais aspectos materiais e simbólicos, alocação de responsabilidades e recursos no âmbito estatal, assim como códigos morais de gênero, se entrelaçam produzindo as trajetórias” (Biroli, 2018, p. 77).

Portanto, apreender como as relações da esfera privada e familiar se articulam na construção das relações de cuidado em contextos migratórios possibilita identificar como as relações de gênero são estabelecidas e como podem intensificar as desigualdades sociais e de gênero. Para tanto, o estudo buscou compreender as vivências das mulheres venezuelanas lideranças comunitárias no Brasil, em especial, como as relações familiares estão sendo tecidas frente ao processo migratório.

Aspectos metodológicos

O estudo foi produzido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), a partir de uma pesquisa exploratória de

caráter qualitativo. Contou com a participação de três mulheres cisgênero venezuelanas que lideram comunidades de pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas na cidade de Boa Vista/Roraima. A escolha das referidas mulheres para a participação do estudo se deu a partir da experiência profissional da primeira autora enquanto trabalhadora humanitária que identificou vivências de mulheres ocupando cargos de lideranças das comunidades venezuelanas em Roraima. Ressalta-se que o processo de investigação, quando conduzido por uma mulher e com participantes mulheres, também produz implicações e repercussões importantes, como afirma Herminia González-Torralbo (2019, p. 17):

Analizar la situación de las mujeres migrantes siendo mujer, implica un proceso de toma de conciencia de que todas estamos atravesadas por ejes de desigualdad, demandando de nosotras la constante problematización respecto de cómo investigamos, qué relaciones construimos con quienes investigamos y, en definitiva, como producimos conocimiento situado.¹

Em relação ao processo de obtenção de dados, foram realizadas entrevistas presenciais em setembro de 2022, que foram audiogravadas e transcritas na íntegra. Utilizou-se um roteiro de entrevista semiaberta, composto por questões que vislumbraram conhecer as experiências migratórias, familiares e comunitárias das participantes, além das informações socioidentitárias.

Para a interpretação dos dados, foi desenvolvida uma análise construtivo-interpretativa (Fernando González-Rey, 2017), ao longo de 2023, vislumbrando acessar os significados atribuídos, conceitos expressos e afetos mobilizados na experiência migratória. Além disso, a interpretação dos dados partiu de uma leitura epistemológica feminista interseccional. Segundo Donna Haraway (2009), para a construção de uma análise de epistemologia feminista, é necessária uma objetividade corporificada através de saberes localizados, sendo essa localização parcial, traduzindo-se em multiplicidades heterogêneas que foram consideradas durante o processo de construção das categorias analíticas. Nessa direção, optou-se por privilegiar literaturas latino-americanas, em especial, brasileiras.

Foram seguidas todas as prerrogativas éticas dispostas na resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, no que tange à regulamentação das pesquisas com seres humanos, tendo aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (Parecer 5.539.549). As participantes documentaram seu consentimento por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documentos que foram entregues em português e espanhol, a fim de que tivessem acesso às informações em sua língua materna.

Para preservar o sigilo das participantes, foram utilizados nomes fictícios para representá-las, escolhidos em homenagem a três lideranças feministas latino-americanas que representam a trajetória de luta e compromisso social com seu povo: Carmen Clemente Travieso, Rigoberta Menchú e Berta Cáceres.

Resultados e discussão

Carmen chegou ao Brasil em 2018, tinha 33 anos no momento da entrevista, era solteira e mãe de um filho de 14 anos, de um de 4 anos e de uma filha de 2 anos, ou seja, um filho e uma filha brasileiro/a. Dividia sua habitação apenas com os/a filhos/a, e era a responsável exclusiva pelo sustento financeiro e familiar. Vivia com uma renda inferior a um salário-mínimo mensal, remuneração que acessava como microempreendedora individual, trabalhando com a produção de alimentos para venda. Formou-se na Venezuela em um curso técnico na área ambiental e tinha como ocupação laboral atividades relacionadas à área de recursos humanos. Ao ser questionada sobre como se identificava em relação à raça/etnia, respondeu que se considerava morena, e afirmou, ainda, que “*no Brasil chamam de pardo*”. Em relação à sua religião, denominou-se como *cristiana*, expressão utilizada na Venezuela para retratar as pessoas que, no Brasil, são chamadas de evangélicas.

Rigoberta chegou no mesmo ano de Carmen, tinha 55 anos, também solteira e mãe de uma filha de 39 anos, de um filho de 29 anos que é uma pessoa com deficiência (paralisia cerebral), e um filho de 19 anos. Em sua habitação, dividia o espaço com o filho com deficiência, com a filha e a neta de 14 anos, pois seu filho mais novo já havia migrado para outro estado brasileiro. Tinha o Ensino Médio incompleto e trabalhava como cozinheira de restaurante quando morava na Venezuela. Era a responsável integral pelos cuidados do filho com deficiência, em virtude de sua condição neurológica que produz convulsões que demandam supervisão constante. Além disso, ficou encarregada dos cuidados da neta, para que a sua filha, que também é mãe solo, pudesse trabalhar e garantir o sustento financeiro familiar. A filha trabalhava informalmente com limpezas pagas por diárias e não alcançava um salário-mínimo mensal. Afirmou perceber-se como uma pessoa morena e considerava-se católica.

¹ Tradução livre: Analisar a situação de mulheres migrantes sendo uma mulher implica um processo de tomada de consciência de que todas somos atravessadas por eixos de desigualdades, nos demandando constantes problematizações a respeito de como investigamos, que relações construimos com quem investigamos e, logo, como produzimos conhecimentos situados.

Berta chegou em 2019, tinha 40 anos, casada e mãe de duas filhas, uma de 18 anos que, durante a entrevista, encontrava-se grávida, e uma de 11 anos. Dividia sua habitação com o marido, as duas filhas e o companheiro da filha, pai de sua primeira neta. Tinha o Ensino Médio completo e atuava como trabalhadora social na Venezuela, exercendo o papel de liderança na reivindicação dos direitos da comunidade da qual fazia parte em seu país de origem. Reconhecia-se como uma mulher preta e afirmou que não possuía uma religião, no entanto, informou que tinha aproximações com religiões de matriz cristã: *"Gosto muitíssimo do cristianismo, e me inclino entre o cristianismo e o catolicismo, mas não sou nenhum dos dois"*. O marido era o responsável financeiro pelo sustento familiar, trabalhando informalmente como pedreiro e recebendo por diárias um valor inferior a um salário-mínimo mensal.

As participantes residiam na comunidade Kau'banoko até o processo de desocupação, que foi cercado de tensionamentos e resistência coletiva da comunidade, e se efetivou durante a pandemia da Covid-19, no início de 2021. A comunidade consistiu na maior ocupação espontânea venezuelana em Roraima e chegou a concentrar mais de mil pessoas indígenas e não indígenas venezuelanas. Durante o processo de desocupação, liderado pela Operação Acolhida (força-tarefa do Governo Federal em resposta à migração venezuelana para o Brasil), foram ofertadas como opções de moradia: abrigo; a interiorização (deslocamento voluntário para outros estados brasileiros com o apoio logístico do Governo Federal e da Organização Internacional para as Migrações – OIM); e, para um número reduzido de famílias, um aluguel social por três meses.

Após diálogos das lideranças comunitárias e com o apoio das organizações da sociedade civil atuantes na pauta da migração, muitas famílias foram forçadas a migrar para aluguéis precarizados ou para outras ocupações espontâneas. Algumas delas juntaram-se para adquirir terrenos privados em locais afastados do centro da cidade pelo custo reduzido para a aquisição. Sendo assim, as famílias migrantes organizaram-se em comunidades, lideradas, em sua maioria, por mulheres venezuelanas, como as participantes do estudo. Em contextos de pobreza, como a experiência majoritária da população migrante e refugiada venezuelana em Roraima (Cáritas Brasileira, 2022), a vida em comunidade é basilar para o enfrentamento das condições de desigualdade (Costa-Silva; Yagiu; Abdala, 2022).

A partir das informações compartilhadas pelas participantes, foi possível identificar alguns desafios que compõem as experiências de mulheres venezuelanas no Brasil, e suas estratégias para a gestão dos cuidados familiares, considerando as novas configurações produzidas nesses contextos nos quais as assimetrias de gênero são intensificadas e as normas de gênero reforçadas. Essas transformações afetam como as famílias se organizam nos novos espaços de vida, produzindo impactos psicossociais para cada membro da família que migrou, para os que permaneceram no país de origem, e para outras pessoas que participarão das novas dinâmicas familiares e de cuidado. Além disso, considerando que as relações de gênero produzem condições específicas para mulheres, as experiências de desigualdades de gênero são agudizadas na vida das mulheres migrantes, como na maternidade solo, diante da gestão exclusiva pelos cuidados familiares, em especial de crianças, adolescentes e pessoas com deficiências, e considerando a reduzida rede de apoio em virtude do deslocamento territorial, como identificado nas experiências das participantes e também relatado em outros estudos (Dornelas, 2022; Tonhati; Pereda, 2021; Vieira, 2020; Rosa *et al.*, 2019; Souza, 2019; Carpenedo; Nardi, 2017; Parella Rubio, 2012).

Ainda, o manejo das demandas familiares atravessa as fronteiras internacionais, mantendo as mulheres como responsáveis pelo trabalho do cuidado, como identificado nas experiências migratórias das participantes. Sendo assim, as reconfigurações familiares produzidas nesses contextos são compostas por relações construídas a partir da presença de membros da família em países diferentes, em que as mulheres são responsabilizadas pelos cuidados familiares. Esses dados confirmam o que foi discutido por Parella Rubio (2012) sobre a migração ser um importante fator na produção das relações de gênero, e logo nas transformações dos modos de organização familiar. A autora adverte, ainda, que a divisão sexual do trabalho é reforçada e intensificada na experiência da migração ao imputar e naturalizar o exercício do trabalho doméstico remunerado e não remunerado às mulheres migrantes (Parella Rubio, 2020). Ainda no que se refere às redes de cuidado transnacionais, Dornelas (2022), Vieira (2020) e Carpenedo e Nardi (2017), em pesquisas sobre famílias e processos migratórios, levantam a responsabilização exclusiva e compulsória das mulheres no exercício do cuidado dos membros familiares que se encontram no país de origem, como filhos/as, mães e pais idosos/os, enquanto uma importante questão a ser discutida. Destacam que as relações familiares das mulheres migrantes foram articuladas a partir da provisão de cuidados e da responsabilização financeira em contexto de famílias transnacionais. Nesse sentido, Vieira (2020) utiliza o conceito de transmigrantes para compreender como essas reconfigurações familiares são produzidas diante dos cenários migratórios. "Este conceito [transmigrantes] problematiza a ideia de que a migração representa

uma ruptura com o local de origem, propondo, pelo contrário, que as relações com este local são rearticuladas a partir da migração" (Vieira, 2020, p. 5).

Afirma-se que a vivência das mulheres migrantes no exercício dos cuidados familiares, incluso em dinâmicas de cuidados transnacionais, relaciona-se com o lugar da domesticidade imputado a elas, inclusive estendido para o trabalho do cuidado comunitário desempenhado pelas participantes. Como já discutido por Biroli (2018), as relações de gênero se inter cruzam com as relações de cuidado alicerçadas na naturalização do binarismo de gênero que associa a mulher à domesticidade. A vivência da maternidade interpelada pela experiência migratória convoca a articulação de redes de apoio em que o trabalho do cuidado dos/as filhos/as passa a ser praticado majoritariamente por outras mulheres, sejam as mulheres que se encontram no país de origem como as avós, incluso avós paternas, ou no país de destino por trabalhadoras domésticas remuneradas, membros familiares que migraram juntamente, ou por mulheres da comunidade que se disponibilizam solidariamente para facilitar o acesso ao mercado de trabalho de outras mulheres. Essas dinâmicas também foram identificadas nos estudos de Dornelas (2022) e Vieira (2020).

Além disso, conforme destacado pelas entrevistadas, a experiência da maternidade solo em contextos migratórios intensificou os desafios na gestão dos cuidados, em virtude da ausência ou da reduzida rede de apoio, dificultando o acesso ao mercado de trabalho e a condições de vida e sustento financeiro. Carpenedo e Nardi (2017, p. 23), ao cunharem discussão sobre maternidades transnacionais, apontam que "[...] as normas de gênero que reforçam o papel cuidador feminino organizam as modalidades de cuidado, mesmo em contextos transnacionais". Vieira (2020) também aponta para os desafios e as estratégias desenvolvidas para que os cuidados dispostos pelas mulheres migrantes atravessem as fronteiras e alcancem seus países originários.

Foram identificados entre as participantes seus papéis como provedoras emocionais e financeiras da família, em especial dos/as filhos/as, mas não restritos a eles/elas, sendo também o suporte de outros membros familiares, especificamente acentuado nas experiências da maternidade solo, como também identificado em outros estudos (Dornelas, 2022; Vieira, 2020; Carpenedo; Nardi, 2017). As dificuldades propriamente relacionadas ao cuidado solitário e exclusivo das crianças, os desafios para o acesso a condições de vida material, a ausência de rede de suporte para a gestão dos cuidados com os/as filhos/as no novo local de moradia e, ainda, a ineficiência das políticas públicas em responder a essas demandas específicas desafiaram as mulheres migrantes a construir estratégias, como o estabelecimento de redes de apoio solidária entre si, conforme evidenciado por Rigoberta.

Había una muchacha que ella llegó con un esposo, y además tiene a un niño que no es de él, y después la abandonó y la dejó allá sola. Entonces ella no halla cómo trabajar por el niño, porque ella no tiene con quien dejar el niño no. Él no la llevo a hacer su documento, ella no tenía documento. Bueno, gracias a Dios, hoy para nosotros la hemos ayudado, y la hemos encaminado, ya tiene su cita para el martes, mañana. Ella mañana va a tener su documento, el niño también (Rigoberta).²

Rigoberta, juntamente à rede de apoio comunitária, através de uma estratégia solidária de enfrentamento das condições de desigualdades, possibilitou que a mulher citada alcançasse condições básicas de vida, como o acesso à regularização migratória. A ausência da regularização migratória impõe restrições de acesso a alguns serviços e, principalmente, à possibilidade de empregabilidade formal. Ressalta-se que esse duplo abandono descrito pela participante tem relação com o lugar socialmente validado e legitimado de desresponsabilização dos homens pelo trabalho do cuidado, intensificado pelas dificuldades socioeconômicas presentes no contexto da migração forçada venezuelana.

Carmen e Rigoberta, ambas mães solas, ao serem questionadas sobre os pais de suas/seus filhas/os, descreveram a ausência de participação deles na vida das crianças e adolescentes, sendo as responsáveis exclusivas pela produção de condições de vida. A experiência da maternidade solo também se fez presente na vida da filha de Rigoberta, que foi a responsável pelo início do processo migratório da família, e que, inclusive, assumiu as responsabilidades financeiras do cuidado do irmão com deficiência. Antes de Rigoberta migrar para o Brasil, sua filha enviava recursos financeiros para a aquisição dos medicamentos e da alimentação. E Rigoberta cuidava da neta, para que a filha tivesse condições de trabalhar no novo país de moradia. Ou seja, duas gerações de mulheres sendo as responsáveis exclusivas pela produção das condições materiais e pelos cuidados com filhos/as devido à ausência dos genitores.

Carmen teve seu filho e sua filha mais novo/a já no Brasil. Ao ser questionada sobre a presença do pai da filha mais nova, informou:

² Tradução livre: Havia uma moça que chegou com um marido, e ela tem um filho que não é dele, e depois ele a abandonou e a deixou lá sozinha. Então, ela não consegue encontrar uma maneira de trabalhar pelo filho, porque ela não tem com quem deixá-lo. Ele não a levou para tirar seu documento, ela não tinha documento. Bem, graças a Deus, hoje nós a ajudamos, a encaminhamos e ela tem agendamento marcado para terça-feira, amanhã. Ela terá seu documento amanhã, e a criança também.

Bueno, eso fue una relación que yo comencé con un muchacho ahí donde estaba en Ka'Ubanoko. Mas yo tenía un sueño en mi mente [risos], que yo quería tener una hija, entonces empecé la relación con este muchacho, salí embarazada. Tenía fé que era hembra, mas antes de saber que estaba embarazada, ya nosotros habíamos terminado la relación. Entonces, después él supo que estaba embarazada, él se fue a otro país, él se interiorizó para otro estado, mas él sabe que ese es su hija. Pero no tenemos una relación así, si no que ahí acabó antes de yo saber que estaba embarazada (Carmen).

Ah si, ¿pero él te ayuda? ¿Financieramente? (Pesquisadora)

No, yo nunca le he pedido (Carmen).³

Diante do relato, nota-se que as condições de pobreza vividas por Carmen não impediram que o último parceiro e pai da filha mais nova negligenciasse suas responsabilidades de manutenção da criança, e da mãe durante o período gestacional. Ainda, chama atenção o fato de Carmen aparentemente assumir que a responsabilidade pelo trabalho dos cuidados da filha é exclusiva dela e, sendo assim, não se vislumbrava recorrer ao genitor para prover as condições materiais da filha. Isso demonstra a naturalização da ausência da participação dos homens desempenhando o trabalho do cuidado com os/as próprios/as filhos/as, e como essa responsabilidade é facultativa a eles e compulsória às mulheres. O processo migratório forçado potencializou essa dinâmica ao agravar as condições de acesso à vida material, dificultando o compartilhamento dos recursos financeiros, mas também produzindo o distanciamento físico das famílias e favorecendo a invisibilização das necessidades das crianças e do trabalho do cuidado realizado pelas mães.

Como levantado por Biroli (2018), ao discutir sobre o matriarcado da miséria, as condições de vulnerabilidade no cotidiano das mulheres implicam desafios de alto custo e sofrimento para a gestão dos cuidados de filhos/as, mas também na construção de relações solidárias que possibilitem resistirem às condições de desigualdade. “O ‘matriarcado da miséria’ é feito de exclusão, racismo, sexismo e, apesar disso, de resistências na cotidiano e na ação política coletiva” (Biroli, 2018, p. 110). Nesse sentido, reconhece-se que a migração opera na experiência das mulheres migrantes em condição de pobreza como um desafio adicional, envolvendo o enfrentamento de sobreviverem com reduzidas condições materiais, e ainda sendo as responsáveis por proverem condições de vida para suas famílias que se encontram no país de origem e no novo local de moradia. O apoio comunitário para a gestão das necessidades das famílias consistiu em uma estratégia vital para que fosse possível criar condições de sobrevivência para as participantes. A maternidade solo em contextos migratórios produz desafios no acesso ao mercado de trabalho, agravado pela ineficiência do Estado em ofertar creches e outros serviços que possibilitem às mulheres ocuparem outros espaços sociais. A partir desse cenário, mobilizações de apoio e solidariedade entre mulheres através da identificação das experiências em comum como mulheres migrantes surgem como estratégias de enfrentamento, descrito pelas participantes.

Na contaminação da dinâmica neoliberal de individualismo e competitividade, que agrava as condições de vida de pessoas que vivem desigualdades sociais, as participantes teceram uma rede de solidariedade política através do reconhecimento das similaridades das experiências e da compreensão de uma comunalidade do vivido. Sendo assim, o reconhecimento das condições de desigualdades compartilhadas entre mulheres migrantes mobilizou o apoio para o enfrentamento coletivo das estruturas de opressão imputadas a elas. Como defende hooks (2020), a solidariedade política ultrapassa o reconhecimento das experiências das mulheres e a compaixão frente ao sofrimento comum fundamenta-se, principalmente, no compromisso compartilhado de enfrentamento das condições de injustiça social. “Solidariedade política entre mulheres sempre enfraquece o sexismo e prepara o caminho para derrubar o patriarcado” (hooks, 2020, p. 36).

Essas experiências de solidariedade política entre mulheres migrantes podem ser identificadas no suporte durante o deslocamento para o novo destino, como descreve Carmen sobre o apoio de uma amiga em seu processo migratório: “*Tenía 7 meses de embarazo y ella me dice: ‘Yo te ayudo en el proceso de tu parto, y todo eso’, y yo le digo ‘bueno está bien, vamos’*”.⁴ E, também, no apoio através da produção de condições pelas participantes para outras mulheres no novo território, como compartilhou Rigoberta em duas experiências diferentes descritas:

³ Tradução livre: Bem, esse foi um relacionamento que comecei com um rapaz lá onde eu estava no Ka'Ubanoko. Eu tinha um sonho em minha mente [risos], que queria ter uma filha, então comecei um relacionamento com esse rapaz e engravidei. Eu tinha fé de que era uma menina, mas antes que eu soubesse que estava grávida, já tínhamos terminado o relacionamento. Então, depois que ele soube que eu estava grávida, ele foi para outro país, foi para outro estado, mas ele sabe que a filha é dele. Mas a gente não tem um relacionamento, terminou antes de eu saber que estava grávida (Carmen).

Ah, sim, mas ele te ajuda financeiramente? (Pesquisadora)

Não, eu nunca pedi a ele (Carmen).

⁴ Tradução livre: Eu estava grávida de sete meses e ela me disse: “Vou ajudá-la com o processo de parto e tudo o mais”, e eu disse: “então tudo bem, vamos”.

Entonces yo le digo a ella, "tú no te tienes que deprimir, tú no te tienes, ya tú te viniste, tienes que hacerlo por tu hijo, porque el te necesita fuerte, tú tienes que trabajar". De que si tú vienes aquí, tú me dices, "mire señora Rigoberta, yo voy a hacer una diaria, ¿será que usted me puede cuidar al niño?". Yo vengo temprano (Rigoberta).⁵

Hace mucho tuve una experiencia que entré a un caber, estaba sacando una cartera de trabajo de mí hija. Y llegó como una muchacha embarazada, ella estaba en el caixa, iban a cobrar la Bolsa de familia, ella no tenía ni un real para sacar las copias, y ella le dice a la señora que le haga el favor, que si ella le puede sacar las copias, que cuando ella salga de cobrar, ella le da el real, porque que ella no tiene, no tenía nada. Y no la iban a aceptar en las copias, y no iba a poder sacar. Embarazada y con una niña. Y ella le dijo que no, y ella le dijo porque ya había tenido mucha experiencia, así en portugués, pero qué se entendía. Y yo es que por uno también muchas veces pagan todos, y yo le dije a la señora: "no tienen problema sáquele, sáquele su copia que yo pago, ¿cuánto, cuánto es señora?", "un real". Ella le dijo algo al que estaba ahí, y yo le dije que no podemos pagar todos y ella: "no porque de antes vinieron, hicieron...". Ah, pero es que por uno no puede pagar todos (Rigoberta).⁶

A construção de redes comunitárias de cuidado é uma estratégia comum nas organizações familiares da classe trabalhadora, que compreende desde membros da família estendida à vizinhança, especialmente às mulheres da própria comunidade (Biroli, 2018; Carpenedo; Nardi, 2017). Essas redes de cuidado solidário potencializam o fortalecimento comunitário, essencial para o enfrentamento das condições de desigualdades de um grupo social. A dimensão intersubjetiva e política do cuidado das participantes com suas conterrâneas demonstra esse compromisso ético-político de transformação de suas vidas através da coletividade. Federici (2022, p. 271), ao discutir a comunalização do trabalho reprodutivo mobilizada pelas necessidades de sobrevivência econômica e resistência à exploração capitalista, adverte sobre a importância de "desprivatizar nossa vida cotidiana e criar formas cooperativas de reprodução". Como expõe a autora, é necessário romper com processos de reprodução caracteristicamente isolados, abrindo espaço para a criação de "laços de solidariedade sem os quais a vida é um deserto afetivo no qual não temos poder social" (Federici, 2022, p. 271).

Contudo, para o enfrentamento das condições de desigualdades, é importante reconhecer e nomear os impactos que esses sistemas de opressão e exclusão social, que se inter cruzam e agudizam os desafios enfrentados, acabam imprimindo na vida das mulheres migrantes. Produções acadêmicas que discutem relações de gênero e saúde mental apontam que o machismo, o racismo e a xenofobia são determinantes nos processos de intersubjetivação e na produção do sofrimento psicológico (Ferreira; Nascimento; Martins-Borges, 2022; Rodrigues, 2022; Lima; Souza; Nunes, 2020). Além disso, ressalta-se que a pobreza, que majoritariamente alicerça processos migratórios (Bomtempo, 2019), produz repercussões significativas no que se refere à saúde mental (Coldibeli; Paiva; Batista, 2021; Nepomuceno; Ximenes, 2019).

Destaca-se que o sofrimento emocional produzido pela experiência de migração é indissociável de processos sociopolíticos, ou seja, emerge de condições de desigualdades estruturais e contextuais. Assumir o compromisso de encarar o sofrimento psicológico como sociopolítico é romper com concepções individualizantes de saúde e adoecimento, potencializando as estratégias de enfrentamento coletivo e responsabilização do Estado pela promoção e garantia dos direitos das pessoas migrantes (Ferreira; Nascimento; Martins-Borges, 2022).

Carmen, Rigoberta e Berta evidenciaram o sofrimento psicológico produzido durante seus processos migratórios, relacionados à separação familiar, à xenofobia e às dificuldades de acesso à empregabilidade, desafio também reportado em outros estudos (Perna, 2023; Marques; Souza, 2022; Andrade *et al.*, 2020). Rodrigues (2022) aponta para essa dimensão relacional na produção do sofrimento emocional, especialmente associado com questões de separação/reunião familiar, precariedade das condições de vida, acesso a direitos trabalhistas, processos de luto, de racismo e de xenofobia. Lima, Souza e Nunes (2020) elencam o desemprego como principal fator produtor de sofrimento, e destacam a inter-relação entre gênero, raça/etnia e nacionalidade com as dificuldades de acesso à empregabilidade, dificultando o envio de recursos financeiros para as famílias no país de origem. Em relação à experiência de famílias transnacionais, identificaram que a angústia foi produzida principalmente pela "[...]

⁵ Tradução livre: Então eu digo a ela: "você não pode deprimir, você não precisa, você já veio para cá, tem que fazer isso pelo seu filho, porque ele precisa de você forte, você tem que trabalhar". Então, se você vier aqui, e me diz: "olha, Sra. Rigoberta, vou fazer um trabalho diurno, você pode cuidar da criança para mim?". Eu vou logo.

⁶ Tradução livre: Há muito tempo, tive uma experiência quando entrei em um carro, fui tirar uma carteira de trabalho da minha filha. E chegou uma moça grávida, ela estava no caixa, ia sacar o Bolsa Família, não tinha um real para fazer as cópias, e ela disse à senhora que lhe fizesse um favor, que se ela pudesse fazer as cópias, que quando ela saísse do saque, ela lhe daria o real, porque ela não tinha nada, não tinha nada. E não iam aceitá-la sem as cópias, e ela não conseguiria sacar. Grávida e com um filho. E ela disse que não, e ela lhe disse porque já tinha muita experiência, em português, mas que se entendia. E eu disse para a senhora: "não tem problema, tira, tira a sua cópia, eu pago, quanto, quanto é, senhora?", 'um real'. Ela falou alguma coisa para a pessoa que estava lá, e eu falei para ela que nem todos nós devemos pagar e ela falou: "não, porque eles vieram antes, fizeram...". Ah, mas por um não se devem pagar todos.

fragmentação familiar, seja em relação a filhos, pais ou outros familiares" (Lima; Souza; Nunes, 2020, p. 64). Ou seja, a intersecção entre diferentes categorias sociais, além de determinar espaços sociais e condições de vida (Collins; Bilge, 2020; Hirata, 2014), produz repercussões na saúde mental das mulheres migrantes.

Rigoberta compartilhou sobre os desafios na administração do seu processo migratório como mãe solo juntamente com a gestão dos cuidados empreendidos ao filho, que é uma pessoa com deficiência, e do sofrimento produzido na realização desse trabalho.

Mas mi hijo convulsionó, convulsionaba mucho, entraba en crisis que cuando lo llevaba al hospital [na Venezuela] lo que hacían era dormirlo, diazepam para que durmiera, porque no había un medicamento anti-convulsionante para él, ni en el hospital. [...] No camina bien, no habla bien, pero yo lo entiendo, él cuando me dice cosas, yo lo entiendo. De ahí llegamos a ese lugar donde ellos estaban [em Boa Vista], pero las personas de ahí no eran buenas, los brasileños no eran buenos. No es que ellos eran, ellos a veces estaban bien, pero a veces ellos trataban a uno, los trataba mal a él, me lo veían así como feo, porque como él era así como discapacitado, lo veían así como uno dice en Venezuela, con asco. No les gustaba que él se les acercara, y a mí no me gustaba, porque yo no entendía lo que ellos decían, tampoco porque acabara de llegar, y no entendía nada. Y ahí le convulsionaba a las 3h/4h de la mañana [...]. Bueno y ahí fue difícil, fue difícil, yo estaba como loca, cambiaba de humor, de nada me ponía brava porque era calor, era la cosa del cambio de allá para acá, nosotros teníamos aire acondicionado todo el día prendido, un aire acondicionado en los cuartos. Él también, él le hacía falta caminar, él no entendía nada de lo que ellos le decían y él se quedaba, entonces como que de repente ellos lo menospreciaban por ser una persona discapacitada (Rigoberta).⁷

Adverte-se que um processo migratório quando forçado implica produção de sofrimento desde a identificação da necessidade do deslocamento imediato, ou seja, nas motivações migratórias que incorrem em alguma violação de direitos. Como relatado por Rigoberta, a motivação para seu deslocamento envolveu a ausência de acesso a condições adequadas para a gestão das necessidades de saúde do filho. Além disso, os contrastes do novo espaço de vida, que também não foram suficientes para possibilitar uma experiência satisfatória para ele, produziram angústias e aflições, como as alterações de humor e irritabilidade descritas por ela. Nesse sentido, o sofrimento psicossocial foi produzido a partir do encontro entre diferentes marcadores sociais, que imputou a uma mulher, migrante, venezuelana, mãe solo de uma pessoa com deficiência, o asseveramento das condições de desigualdade social.

É possível identificar, ainda, que as repercussões no âmbito da saúde mental também se relacionam com a forma como as relações familiares são redesenhadas em contextos migratórios, tal como as relações transnacionais de cuidado. Berta compartilhou suas afetações produzidas por essas novas configurações familiares, com o distanciamento da família e a manutenção das responsabilidades desse cuidado transnacional em casos de adoecimento e morte.

¡Muy triste! Muy, muy. Te hace valorar lo que tienes, te hace valorar lo que no tuviste, es muy fuerte, muy fuerte dejar a tu familia. Ese mismo año, mi padre se murió el 2019, y era cuando estaba la pandemia, y no pude darle el último adiós. Él se murió llamándome, fue muy, muy, muy duro, muy, muy duro. [...] mi mamá después cayó enferma de cáncer, entonces hoy en día está en el proceso de quimioterapia, ya se hizo 16 quimioterapias y cada una, cada jueves, cada jueves de tortura, cada jueves de no estar con ella, cada jueves... 16 jueves de tortura (Berta).⁸

O trabalho do cuidado da mãe de Berta era realizado por sua tia, profissional da área médica. Algumas semanas após a entrevista, Berta retornou à Venezuela, pois o quadro da mãe se agravou, necessitando reorganizar sua rede de cuidados familiares e comunitários. Diante do

⁷ Tradução livre: Então meu filho convulsionou, convulsionava muito, entrou em crise e, quando o levei ao hospital [na Venezuela], o que fizeram foi colocá-lo para dormir, com Diazepam, para que ele dormisse, porque não havia medicação anticonvulsivante para ele, nem mesmo no hospital. [...] Ele não anda bem, não fala bem, mas eu o entendo, quando ele me conta as coisas, eu o entendo. De lá, chegamos ao local onde eles estavam [em Boa Vista], mas as pessoas de lá não eram boas, os brasileiros não eram bons. Não que fossem, às vezes eram bons, mas às vezes tratavam, tratavam ele mal, viam ele como feio, porque como ele era deficiente, viam ele como se diz na Venezuela, com nojo. Não gostavam que ele se aproximasse deles, e eu não gostava, porque não entendia o que eles diziam, até porque eu tinha acabado de chegar e não entendia nada. E aí ele tinha convulsão às 3h/4h da manhã [...]. Bom, era difícil, era difícil, eu ficava doída, mudava de humor, ficava brava porque fazia calor, era a mudança de lá para cá, a gente tinha ar condicionado ligado o dia inteiro, ar condicionado nos quartos. Ele também precisava andar, não entendia nada do que diziam para ele e ele ficava, então, era como se eles não gostassem dele por ser uma pessoa com deficiência.

⁸ Tradução livre: Muito triste! Muito, muito. Isso faz você valorizar o que você tem, faz você valorizar o que você não teve, é muito difícil, muito difícil deixar sua família. Nesse mesmo ano, meu pai morreu em 2019, e foi quando a pandemia estava acontecendo, e eu não pude me despedir dele. Ele morreu me chamando, foi muito, muito, muito, muito difícil, muito, muito difícil. [...] minha mãe então adoeceu de câncer, então hoje ela está fazendo quimioterapia, ela já fez 16 quimioterapias e cada uma, cada quinta-feira, cada quinta-feira de tortura, cada quinta-feira de não estar com ela, cada quinta-feira... 16 quintas-feiras de tortura.

exposto, reafirma-se que compreender as relações familiares em contextos migratórios como transnacionais é reconhecer que os vínculos familiares não são rompidos com a experiência migratória, e que são tecidas novas estratégias de realização do trabalho do cuidado.

A ausência de ações efetivas promovidas pelo Estado que atendam às necessidades das comunidades migrantes favorece a manutenção das mulheres exercendo funções de cuidados de forma exclusiva e compulsória. Reconhecer o cuidado como trabalho essencial é romper com a invisibilização das complexas relações tecidas para sua gestão, que compulsoriamente destina às mulheres para o exercício remunerado e não remunerado do cuidado, pautado na desvalorização de sua importância social. O trabalho do cuidado é necessário, porém, as formas pelas quais esses serviços são articulados socialmente (re)produz desigualdades sociais e de gênero (Biroli, 2018). Compreendê-lo como problema político é reconhecer que as desigualdades sociais produzirão relações de cuidado pautadas na exploração de corpos específicos, como as mulheres, em especial as mulheres em situação de pobreza, como as mulheres migrantes venezuelanas no Brasil.

Nesse sentido, a ausência de políticas públicas efetivas promovidas pelo Estado pode favorecer e intensificar as desigualdades sociais e de gênero. Sendo assim, são questões fundamentais para a construção de um caminho comprometido com uma sociedade justa e efetivamente democrática reconhecer a importância do cuidado para a manutenção e para o desenvolvimento social (Biroli, 2018). É especialmente necessário compreender quem se responsabiliza por essas atividades essenciais e de que formas são assumidas a sua gestão, para que seja lançada luz às “[...] ambivalências no reconhecimento do valor do trabalho realizado pelas mulheres no cotidiano da vida doméstica, da diversidade de arranjos familiares e das desigualdades entre mulheres” (Biroli, 2018, p. 80). A partir disso, assumir o cuidado na sua dimensão política é também convocar o Estado a responsabilizar-se por seus deveres garantidos constitucionalmente e em legislações específicas, pela provisão de condições de reparação das desigualdades vivenciadas pelas mulheres em suas diversidades, em especial as que se encontram mais intensamente vulnerabilizadas, como as venezuelanas no Brasil.

Por fim, relembra-se a provocação de Federici (2022, p. 285), que afirma: “[...] o trabalho reprodutivo, primeiro terreno em que podemos praticar nossa capacidade de autogoverno e que constitui a base material de nossa vida, é o ‘ponto zero da revolução’”. A dualidade entre o público e o privado e, logo, a desvalorização do que acontece na esfera doméstica e familiar da vida, impede o reconhecimento de um dos lugares mais potentes e mobilizadores de afetos que impulsionam a transformação social: é na experiência da coletividade que é forjada a esperança de um mundo melhor e que se reconhece a injustiça social como inadmissível e inaceitável.

Considerações finais

Ao se vislumbrar compreender as experiências das mulheres venezuelanas lideranças comunitárias em Boa Vista-RR, em especial sobre como as relações familiares estão sendo tecidas frente ao processo migratório, identificou-se que as desigualdades sociais e de gênero são intensificadas nas suas experiências ao serem duplamente responsabilizadas pelo trabalho do cuidado familiar e comunitário. Como reiterado pelas participantes, em contextos migratórios, é imputada às mulheres migrantes a responsabilização pelas famílias e pela provisão dos cuidados, somada aos desafios de acessar meios de vida para garantir o sustento próprio e das famílias que se deslocaram juntamente ou que se encontram no país de origem.

Em um movimento de solidariedade política como estratégia de enfrentamento às desigualdades, as participantes – mulheres venezuelanas lideranças comunitárias – se responsabilizaram também pelas comunidades. Na experiência da maternidade solo de outras mulheres, exerceram um importante papel de apoio frente às ausências dos genitores e à ineficiência do Estado em prover condições reparadoras da exclusão social.

Destaca-se que esse cenário de desigualdades também produz impactos significativos no âmbito da saúde mental, como identificado nas experiências das participantes e em outros estudos produzidos. Esses impactos são engendrados na sobrecarga da gestão exclusiva dos cuidados frente à reduzida rede de apoio característica de contextos migratórios, mas, principalmente, pela ineficiência do poder público em atuar no enfrentamento das inequidades de gênero e, portanto, das desigualdades sociais.

Problematizar como as famílias se organizam em processos migratórios e como o trabalho do cuidado é tecido possibilita compreender como as relações de gênero são produzidas nesses contextos, a fim de identificar a possível acentuação das assimetrias de gênero. Somente a partir do reconhecimento e da visibilização da opressão, dominação e exclusão social que será possível avançar no fortalecimento das estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais e, com isso, potencializar o enfrentamento das desigualdades de gênero.

Por fim, estima-se que a pesquisa desenvolvida fortaleça a produção de novos estudos que aprofundem o tema discutido, contemplando outras categorias sociais interseccionadas,

outros territórios brasileiros, outros fluxos migratórios internos e internacionais, além de outras literaturas situadas.

Referências

ANDRADE, Cristiane Batista; BITENCOURT, Silvana Maria; SANTOS, Daniela Lacerda; VEDOVATO, Tatiana Giovanelli. "Venezuelanas no Brasil: trabalho e gênero no contexto da Covid-19". In: BAENINGER, Rosana; VEDOVATO, Luís Renato; NANDY, Shailen (Coords.). *Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19*. Campinas: UNICAMP/Núcleo de Estudos de População Elza Berquó, 2020. p. 426-434.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. *Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017*. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial, Brasília, 25/05/2017. Seção 1.

BOMTEMPO, Daniele Cristina. "Migração internacional, economia urbana e territorialidades". *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 39, p. 1-26, 2019. DOI: 10.5216/bgg.v39i0.55885. Acesso em 22/05/2023.

BOYD, Monica; GRIECO, Elizabeth. "Women and Migration: Incorporating gender into international migration theory". *The online Journal of the migration policy institute*, 2003. Disponível em <https://www.migrationpolicy.org/article/women-and-migration-incorporating-gender-international-migration-theory>. Acesso em 22/05/2023.

CARPENEDO, Manoela; NARDI, Henrique. "Maternidade transnacional e produção de subjetividade: as experiências de mulheres brasileiras imigrantes vivendo em Londres". *Cadernos Pagu*, n. 49, 2017. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8648435>. Acesso em 17/05/2023.

CÁRITAS BRASILEIRA. "População em Situação de Rua e População Migrante no município de Boa Vista/RR: um diagnóstico para a formulação e implementação de políticas públicas". *Cáritas Brasileira*, Boa Vista, 2022.

COLDIBELI, Larissa Pimenta; PAIVA, Fernando Santana de; BATISTA, Cássia Beatriz. "Gênero, pobreza e saúde: Revisão sistemática sobre a saúde de mulheres em situação de rua". *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, e38015, 2021. DOI: 10.15448/1677-9509.2021.1.38015. Acesso em 14/06/2023.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2020.

COSTA-SILVA, Carlos Roberto de; YAGIU, Hailton; ABDALA, Christiane Alves. "Comunidade e práxis: ciência e profissão em territórios marcados pela exclusão social". In: MOREIRA, Maria Ignez Costa; SOUZA, Sonia Margarida Gomes (Orgs.). *Psicologia Socio-Histórica: bases epistemológicas, categorias fundamentais e intervenções psicossociais*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2022.

DORNELAS, Paula. "Minha família é minha filha: cuidados, gênero e maternidade nas trajetórias de mulheres migrantes no Brasil". *PERILOS – Revista de Investigación sobre Migraciones*, v. 6, n. 2, p. 102-131, 2022. Disponível em https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/42218. Acesso em 16/03/2023.

FEDERICI, Silvia. *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*. São Paulo: Elefante, 2022.

FERREIRA, Alisson Vinicius Silva; NASCIMENTO, Vitoria Nathalia do; MARTINS-BORGES, Lucienne. "A saúde mental de mulheres imigrantes na universidade". *Interação em Psicologia*, Curitiba, v. 26, n. 2, 2022. DOI: 10.5380/riep.v26i2.76724. Acesso em 22/05/2023.

GONZÁLEZ-REY, Fernando. *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

GONZÁLEZ-TORRALBO, Herminia. "Introducción. De crisis y esperanzas". In: GONZÁLEZ-TORRALBO, Herminia; FERNÁNDEZ-MATOS, Dhayana Carolina; GONZÁLEZ-MARTÍNEZ, María Nohemí (Orgs.). *Migración con ojos de mujer. Una mirada interseccional*. Barranquilla: Ediciones Universidad Simón Bolívar, 2019. p. 7-20.

HARAWAY, Donna. "Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". *Cadernos Pagu*, v. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em 11/02/2022.

HIRATA, Helena. "Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais". *Tempo Social*, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/?lang=pt>. Acesso em 07/04/2021.

hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

IOM. INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. World Migration Report 2022. IOM, Geneva, 2021.

LIMA, Manuella Rodrigues de Almeida; SOUZA, Marta Rovey de; NUNES, Fernanda Costa. "Repercussões dos determinantes sociais na saúde mental das migrantes haitianas em Goiás". *Revista do NUFEN*, Belém, v. 12, n. 3, p. 53-70, 2020. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912020000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 22/05/2023.

MARQUES, Elis Moura; SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo. "Desigualdades socioeconômicas enfrentadas por mulheres migrantes e refugiadas venezuelanas no Brasil". *Pretextos – Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, v. 6, n. 12, p. 52-67, 2022. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/28317>. Acesso em 20/03/2022.

NEPOMUCENO, Bárbara Barbosa; XIMENES, Verônica Moraes. "Apoio social e saúde mental em mulheres em contextos de pobreza no Brasil". *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, v. 53, n. 2, p. 208-218, 2019. DOI: 10.30849/rip/ijp.v53i2.1059. Acesso em 22/05/2023.

PARELLA RUBIO, Sònia. "El sector del trabajo del hogar y de cuidados en España en tiempos de COVID-19". *Anuario CIDOB de la Inmigración*, p. 101-114, 2020. DOI: 10.24241/AnuarioCIDOBInmi.2020.102. Acesso em 22/05/2023.

PARELLA RUBIO, Sònia. "Familia transnacional y redefinición de los roles de género: El caso de la migración boliviana en España". *Papers: Revista de Sociologia*, v. 97, n. 3, p. 661-684, 2012. Disponível em <https://raco.cat/index.php/Papers/article/view/255855>. Acesso em 22/05/2023.

PERES, Roberta Guimarães; BAENINGER, Rosana. "Migração Feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero". In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10. Florianópolis, *Anais...*, 2013.

PERNA, Giselle Hirtz. *Elas merecem ser lembradas: migração venezuelana para Porto Alegre – uma análise a partir das interfaces gênero-migração*. 2023. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) – Departamento de Pós-Graduação Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

R4V. PLATAFORMA DE COORDENAÇÃO INTERAGENCIAL PARA REFUGIADOS E MIGRANTES DA VENEZUELA. "Painel de Informações Sociais de Refugiados e Migrantes Venezuelanos". R4V, 2023. Disponível em <https://www.r4v.info/pt/brazil>. Acesso em 26/07/2023.

RODRIGUES, Igor de Assis. *Sofrimento e saúde mental entre migrantes venezuelanos no município de Rio de Janeiro*. 2022. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

ROSA, Rita de Cassia Quadros da; HILLESHEIM, Betina; WEBER, Douglas Luís; HOLDERBAUN, Letícia Silva. "Gênero, migração e vulnerabilidade: corpos de mulheres em deslocamento". *Revista Eletrônica Científica da UERGS*, v. 5, n. 2, p. 138-146, 2019. DOI: 10.21674/2448-0479.52.138-146. Acesso em 11/02/2022.

SOUZA, Martha Julia Martins de. "Mulheres migrantes em região de fronteira: narrativas, opressão e sobrevivência". In: RIBEIRO, Maria D'Ajuda Alomba; SILVA, Jairo da Silva e; NASCIMENTO, Gabriel; SANTANA, Gisane Souza (Orgs). *Diálogos Fronteiriços: Linguagens em Perspectivas*. Ananindeua: Itacaiúnas, 2019. DOI: 10.29327/510830. Acesso em 11/02/2022.

TONHATI, Tânia; PEREDA, Lorena. "A feminização das migrações no Brasil: A inserção laboral das mulheres imigrantes (2011-2020)". In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; SILVA, Bianca G.

(Orgs.). *Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil*. Brasília: Observatório das Migrações Internacionais, 2021. p. 155-183.

UNFPA. FUNDO DE POPULAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. "Em Roraima, refugiadas e migrantes apresentam demandas de políticas públicas a governos". UNFPA, 2023. Disponível em <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/em-roraima-refugiadas-e-migrantes-apresentam-demandas-de-politicas-publicas-governos>. Acesso em 29/03/2023.

UNHCR. UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. "Venezuela situation". UNHCR, 2023. Disponível em <https://www.unhcr.org/venezuela-emergency>. Acesso em 26/07/2023.

VIEIRA, Eloah. "Entre Brasil e Bolívia: o trabalho doméstico a partir da experiência migratória de mulheres bolivianas em São Paulo". *Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, v. 7, n. 12, p. 1-23, 2020. DOI: 10.21680/2446-5674.2020v7n12ID18513. Acesso em 16/05/2023.

Elis Moura Marques (elismarquespsicologa@gmail.com) é psicóloga pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), doutoranda em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com bolsa CAPES, mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e especialista em Saúde Mental pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Atuou como coordenadora nacional de projeto social de resposta à migração venezuelana para o Brasil (2021-2022), como assistente de proteção desenvolvendo atividades de campo com a comunidade venezuelana em Boa Vista (2020-2021), como docente em instituição pública de ensino superior (2018-2020), e como pesquisadora no contexto de resposta humanitária (2018).

Tatiana Machiavelli (tatimachiavelli@ufcat.edu.br; tatimachiavelli@yahoo.com.br) é professora no curso de Psicologia pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT) e professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Pós-doutora pela Universidade Federal de Goiás (PPGIDH/UFG). Doutora e Mestra em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Líder do Grupo de Pesquisas "Teoria histórico-cultural e processos psicossociais" (CNPq). Membro do GT "A Psicologia sócio-histórica e o contexto brasileiro de desigualdade social" (Anpepp).



COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

MARQUES, Elis Moura; MACHIAVELLI, Tatiana. "Mulheres venezuelanas e relações familiares/comunitárias no Brasil". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 34, n. 2, e97213, 2026.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Elis Moura Marques: concepção do estudo, coleta de dados e análise de dados, elaboração do manuscrito, redação, discussão de resultados.

Tatiana Machiavelli: concepção do estudo, análise de dados, elaboração do manuscrito, redação, discussão de resultados.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados de pesquisa só estão disponíveis mediante solicitação.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (Parecer 5.539.549).

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 09/11/2023

Reapresentado em 24/09/2025

Aprovado em 07/10/2025

EDITORA RESPONSÁVEL

Maria Helena Lenzi  0000-0003-0729-2328

EDITORA CIENTÍFICA

Cristina Scheibe Wolff  0000-0002-7315-1112
